

## **O ensino de administração em Universidades Federais: Uma perspectiva a partir da análise dos currículos dos cursos de graduação das Universidades do RS**

**Alini Gomes Ferreira** (FURG) - gf\_alini@hotmail.com

**Anne Alexandra Michaello Marques** (FURG) - annemichaello@yahoo.com.br

### **Resumo:**

*O ensino de administração no Brasil teve suas bases em modelos estrangeiros, fundamentalmente na corrente norte-americana. Por conta disso, até os dias atuais, o funcionalismo mantém sua hegemonia na área de estudos organizacionais. A presente pesquisa objetiva analisar os currículos dos cursos de administração das Universidades Federais do estado do Rio Grande do Sul e com isso identificar se estes currículos seguem apenas o que é determinado pelo currículo mínimo ou se apresentam diversificação na grade de disciplinas ofertadas. Além disso, busca identificar se o modelo nacional de ensino de administração ainda se fundamenta em modelos estrangeiros ou se assume sua identidade própria no ensino. Como resultados obteve-se que, além dos cursos, a própria regulamentação segue o modelo do management americano e a lógica do pensamento funcionalista, entretanto alguns cursos adaptaram seus currículos as suas realidades e necessidades locais, e a presença de algumas disciplinas de formação profissional das Universidades estimulam o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes de administração.*

**Palavras-chave:** *Ensino de administração; currículo; management americano; pensamento funcionalista.*

**Área temática:** *GT-11 Práticas, Contribuições e Desafios da Pesquisa Histórica em Estudos Organizacionais*

## Introdução

A regulamentação do ensino de administração no Brasil data da década de 1930. Àquela época, a demanda por profissionais capacitados a gerenciar as organizações, que cresciam rapidamente devido ao processo de industrialização e crescimento econômico pelo qual o Brasil passava, aumentava de forma considerável. Com isso, era necessário um investimento do Estado na formação destes profissionais.

A partir da década de 1940 as instituições de ensino de administração brasileiras passaram a basear-se em modelos estrangeiros, tanto para o arranjo organizacional de empresas nacionais, quanto para o ensino de Administração. Um convênio firmado entre os governos brasileiro e americano, em 1959, que instituiu o Programa de Ensino de Administração Pública e de Empresas, colaborou para acentuar a influência estrangeira no ensino de Administração no Brasil. Desde então, este tem se configurado como uma transferência de tecnologia produzida nos Estados Unidos. (NICOLINI, 2000). Para Caldas e Fachin (2007), é incontestável que, por consequência da representatividade institucional do *mainstream* norte-americano, o funcionalismo segue aumentando sua primazia na área de estudos organizacionais até os dias atuais.

Diante deste cenário, o presente artigo tem como objetivo principal analisar os currículos seguidos pelos cursos de administração das Universidades Federais do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, como objetivos específicos do estudo, tem-se: investigar se os currículos dos cursos das Universidades analisadas seguem apenas o que é preconizado pelo currículo mínimo ou se o ampliam através da oferta de disciplinas diversificadas; e se o padrão de ensino brasileiro de administração ainda se fundamenta nos moldes estrangeiros ou se assume sua identidade própria no ensino. Para isso, serão analisadas as disciplinas presentes nos currículos dos cursos de graduação presenciais em administração das seguintes universidades: Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Compõem o presente artigo, além desta seção introdutória, mais quatro seções. A primeira, relativa aos pressupostos teóricos, fornece um breve relato histórico do ensino de administração no Brasil, discutindo também a colonialidade e a administração no contexto atual. A seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos e é realizada a análise dos dados. Por fim, são apresentadas as principais conclusões e limitações do artigo, assim como sugestões de pesquisas futuras.

## Pressupostos Teóricos

O ensino de administração no Brasil surgiu há pouco mais de um século, iniciando-se em 1902 a partir de duas escolas particulares no Rio de Janeiro e em São Paulo. Somente em 1931 ocorreu a regulamentação, a partir da criação do Ministério da Educação, sob o governo de Getúlio Vargas. De acordo com Mezzomo Keinert (1996), este governo seguiu uma linha de **ação que estimulava a industrialização no país**, expandindo a atuação do Estado. O processo de desenvolvimento econômico tinha participação ativa do Estado, e para isso era necessário sua estruturação para que pudesse investir nos setores de produção, em mobilidade da população, geração e distribuição de energia, sistemas de comunicação e infraestrutura social. Segundo Nicolini (2003), esta nova configuração do Estado e evolução da formação social Brasileira a partir da Revolução de 1930, **dependiam de recursos humanos capacitados tecnicamente para atender estas demandas geradas pelo crescimento econômico**, além de métodos de trabalho mais aprimorados.

O Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) foi o pontapé inicial do ensino de administração no Brasil. Este foi fundado em 23 de junho de 1931, sendo implementado por Armando Sales de Oliveira, responsável pela introdução no Brasil, dos fundamentos da Racionalização e da Organização. (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1993). De acordo com Nicolini (2003), o próprio Conselho Federal de Educação destaca que uma das competências do IDORT era **divulgar a metodologia utilizada pelos teóricos da administração científica e clássica, com o intuito de aprimorar o desempenho dos gestores e racionalizar o processo administrativo nas empresas**. Decorrente das iniciativas pioneiras citadas, o Governo Vargas instituiu em 1938, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), incumbido de ser seu “braço administrativo”. O DASP possuía grande ênfase na administração científica e tinha na **racionalização e na capacitação técnica** suas diretrizes, centralizando as atividades relativas a pessoal, orçamento, materiais, organização e métodos (MEZZOMO KEINERT, 1994, p. 5). Com isso, era responsável por **possibilitar a modernização do Estado**, a qual significava a transição para um sistema de unidades administradas consoante com os pressupostos da **organização burocrática** de Weber e das teorias de administração científica de Taylor e Fayol, predominantes nos EUA (MEZZOMO KEINERT, 1996; NICOLINI, 2003).

De acordo com Nicolini (2000), a demanda do governo e de empresas por administradores foi impulsionada pela difusão da “gerência científica”, por conseguinte **era fundamental a presença de profissionais capacitados para produzir e administrar as organizações burocráticas que cresciam em tamanho e complexidade**. Esta necessidade passou a ser suprida, em 1941, a partir da constituição da Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN) em São Paulo. Dessa forma, estavam determinadas as bases para o estabelecimento de cursos com foco na “gerência científica” que capacitassem profissionais com a burocracia especializada requisitada para o desenvolvimento do país (COVRE, 1991 *apud* NICOLINI, 2003). Em 1944 foi criada, a partir do DASP, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), primeira instituição de direito privado a se dedicar ao estudo da administração que até então era realizado por um órgão público. (MEZZOMO KEINERT, 1994).

Amboni (1997 *apud* Nicolini, 2000) relata que a partir de 1948 a utilização de modelos estrangeiros como fundamento para o arranjo organizacional de empresas brasileiras e para o ensino de Administração acentuou-se a partir da visita de representantes da FGV a vários cursos de Administração Pública de universidades americanas. Isso foi decorrente da cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos firmada após o término da Segunda Guerra Mundial. Em 1952, como consequência destas visitas e de diálogos entre os representantes da FGV e professores norte-americanos, foi criada, no Rio de Janeiro, a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), com o intuito de formar profissionais especializados em administração pública. A FGV ainda criou em 1954 a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), capital que era o centro da economia e da iniciativa privada do país. Esta escola possuía o objetivo de formar especialistas em técnicas modernas de gerência empresarial, demanda dos empresários locais. Porém, durante mais de sessenta anos, o ensino de administração foi confundido com o das ciências econômicas, até o estabelecimento do currículo mínimo em 1966.

Nicolini (2000) destaca ainda que o convênio firmado entre os governos brasileiro e americano, em 1959, estabelecendo o Programa de Ensino de Administração Pública e de Empresas, contribuiu para intensificar a influência estrangeira no ensino de Administração no Brasil. Este convênio salientava que era imprescindível formar professores para o ensino de Administração pública e privada, com o objetivo de suprir a demanda do governo e de organizações privadas de técnicos com capacidade de fomentar o desenvolvimento econômico e social, favorecendo a EBAP, a EAESP, o DASP e as Universidade Federais da Bahia (UFBA) e do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Para suprir estas demandas era necessária a expansão do ensino de administração, que teve como referência a EAESP, instituto de treinamento e intercâmbio na área de negócios já mencionado anteriormente. O perfil desta escola era típico das *business schools* norte-americanas e tinha como ponto principal desde a sua fundação, a formação em áreas como a economia, a sociologia, a política, a psicologia e o direito. Posteriormente, muitos dos bolsistas retornaram aos EUA ou dirigiram-se para a Europa para estágios ou realização de doutorado. (MOTTA, 1983).

Segundo Fischer (1993) foram encaminhados bolsistas de administração pública à Universidade do Sul da Califórnia e bolsistas de administração de empresas à Michigan State University para realização de estudos. Além disso, bolsistas do DASP, da UFBA e da UFRGS também foram enviados, o que culminou na criação de cursos de Administração Pública nestas duas últimas universidades. Entretanto as influências no ensino de administração brasileiro não eram relativas apenas aos bolsistas enviados, devendo-se também aos professores norte-americanos, os quais eram responsáveis pela montagem dos programas implementados no Brasil. A partir daí criaram-se escolas e programas que se espalharam rapidamente pelo país.

De acordo com Nicolini (2000) pode-se dizer que o ensino atual de Administração brasileiro, é considerado mais uma transferência de tecnologia desenvolvida nos Estados Unidos. O processo de industrialização que passava o país na época e seu conseqüente desenvolvimento econômico foram uma favorável via de entrada e de propagação dessa tecnologia. Profissionais capacitados para gerenciar as organizações que cresciam em quantidade e complexidade eram cada vez mais necessários, ainda mais nesse ambiente econômico em constantes alterações.

Tendo como parâmetro a EAESP, a EBAP e a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), o ensino de graduação expandiu-se de forma acelerada no Brasil. Contudo, segundo Comissão de Especialistas de Ensino de Administração (1997 *apud* Nicolini, 2003) apenas no início ocorreu a criação dos cursos dentro de instituições universitárias, integrados a um conjunto unificado de ensino e pesquisa, sendo este modelo em seguida descartado. **Os bacharéis em administração tiveram grande abertura a partir da regulamentação do ensino seguida do “milagre econômico”, entretanto essa demanda foi atendida, através da formação de profissionais em faculdades isoladas e privadas**, evidenciando o processo de expansão do ensino superior no país. (COVRE, 1991 *apud* NICOLINI, 2000).

**Deste modo, ocorreu a desvinculação de grande parte das instituições que ofereciam o curso de Administração, do processo de construção científica.** Estas instituições renunciaram à sua função como sujeitos da história administrativa, para simplesmente repetir o que já vinha sendo disseminado por outras instituições no Brasil e, principalmente, no exterior. (NICOLINI, 2000). Relegaram a investigação, o pensamento crítico e a discussão científica para serem “meros reprodutores de conceitos” (grifo nosso).

De acordo com Nicolini (2003), desde a sua **desvinculação do processo de construção científica**, o ensino de administração se manteve sem alterações em sua legislação por 27 anos, mostrando-se indiferente às mudanças que ocorriam no mundo. Mesmo diante destas mudanças as discussões a respeito da reformulação curricular dos cursos de administração somente ocorreu em 1991, durante o Seminário Nacional sobre Reformulação Curricular. Contudo, segundo Monteiro Jr. (1995, p. 54): “Resultou dos debates e discussões acalorados e prolongados a montagem do novo currículo mínimo, aperfeiçoado e modernizado, é verdade, mas ainda longe de retirar as Escolas de Administração da trilha tradicionalista”.

Para Silva e Fisher (2008) a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), editada em 20 de dezembro de 1996, todos os cursos de graduação passam

ser orientados através de Diretrizes Curriculares Nacionais, de acordo com preceitos estabelecidos no Parecer 776/97. Esta Lei designou a exclusão da vinculação entre formação e exercício profissional, estipulando que os diplomas sejam somente uma prova de formação. Estando o ensino livre da obrigatoriedade de formação do profissional, a nova LDB possibilita maior flexibilização e diversidade na organização de cursos e carreiras, respeitando a gradativa heterogeneidade da formação prévia e/ou dos interesses dos alunos. Entretanto, apenas em fevereiro de 2004, o Conselho Nacional de Educação aprova as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em administração.

Contudo, de acordo com Pinto e Motter Jr (2012), em 13 de julho de 2005, foi publicada a Resolução CNE/CES 4/05 revogando as Resoluções CFE nº 2/1993 e a Resolução do Conselho Nacional de Educação, de fevereiro de 2004. Isto foi devido, em especial, a um novo entendimento relativo à exclusão de oferta de habilidades específicas nos cursos de graduação em administração, permanecendo esta resolução vigente até os dias atuais.

Com isso, é possível constatar que as diretrizes curriculares nacionais, vigentes para os cursos de graduação em administração, oferecem a possibilidade das instituições de ensino superior desenvolverem projetos pedagógicos flexíveis consoantes com as demandas do mercado e particularidades locais, incorporando novos conhecimentos na grade curricular, ainda não oferecidos (PINTO e MOTTER JÚNIOR, 2012).

Muitas vezes, mesmo com essa flexibilidade, não é isso que ocorre. Muitas instituições permanecem engessadas em um único estilo de grade curricular e reféns dos conteúdos produzidos externamente, em especial nos Estados Unidos.

Para Nicolini (2003), a falta de autenticidade das propostas somada à rigidez da lei que regulamenta a área, reflete uma formação homogênea e sem lugar para a notoriedade da produção científica. Martins et al. (1997 *apud* Nicolini, 2003) destaca:

“É bastante comum a prática de repetir o currículo mínimo preconizado pelo Conselho Federal de Educação. (...) Comete-se assim o pecado de supor que, em tema tão amplo como a administração, é possível e desejável o domínio de todas as suas áreas de aplicação e, ainda pior, ignoram-se ou violentam-se as preferências e vocações de cada formando”. (MARTINS et al. *apud* NICOLINI, 2003, p 48).

Isso acarreta a falta de personalização e a subordinação sem questionamentos ao currículo mínimo, formando profissionais como uma indústria de produção em massa produz suas mercadorias. (NICOLINI, 2003).

Nicolini (2003) destaca que o ensino de administração baseia-se no método cartesiano e que foi fracionado em grupos de matérias desde sua primeira regulamentação em 1966. A regulamentação seguinte (1993) fornece apenas um novo arranjo à segmentação preliminar, não a alterando conceitualmente. Cada uma dessas fases de formação compreende um agregado de disciplinas, e o conjunto total é intitulado currículo mínimo, a partir do qual é desenvolvido o currículo pleno, que deverá ser, ao menos teoricamente, personalizado em cada escola segundo as particularidades regionais e necessidades de desenvolvimento setoriais. Dessa forma, pretende-se sistematizar uma linha de pensamento que alcance a compreensão do fenômeno organizacional.

É possível observar que essa divisão do estudo de administração foi responsável pela especialização, o que muitas vezes ocasiona a desatualização e a desmotivação dos professores em inovar e buscar as inter-relações entre as diversas áreas de estudo. Assim, ministram sua disciplina como sendo onipresente, desvinculada das outras existentes. O desmembramento do estudo e seu crescente aprofundamento e segregação impossibilitam a visualização da integralidade administrativa pelo estudante. (NICOLINI, 2003).

Para Martins et. al (1997), ao confrontar os currículos acadêmicos e os conteúdo dos programas de desenvolvimento profissional de administradores, sejam nacionais ou estrangeiros, é possível deduzir que, salvo algumas especificidades, fundamentalmente, o

conteúdo de formação do administrador não difere muito de região para região ou ainda, entre diferentes sociedades e culturas.

Outra questão a ser mencionada diz respeito ao tratamento do futuro administrador, ao final da graduação, como uma máquina que terá capacidade de operar, gerenciar e tomar decisões, a partir do que foi programada. Dessa maneira, encerra-se o ciclo de transformação do aluno em um técnico executor de tecnologia estrangeira. (COVRE, 1991 *apud* NICOLINI 2003). Sendo assim, o que se pode observar é uma colonialidade do saber em relação ao ensino de administração.

Para mencionar o termo colonialidade é necessário primeiramente entender seu contexto histórico que inicia com o colonialismo. O colonialismo apesar de ser um fenômeno que antecede o capitalismo, o acompanha como política nas diferentes fases do desenvolvimento. A expansão europeia do século XVI tem sua base no colonialismo através das relações de produção e acumulação primitiva que tornaram o capitalismo possível como modo de produção. Porém, o capitalismo estendeu as relações coloniais sobre os locais e as formas sociais, tendo sua presença marcante nas diferentes sociedades. (FERREIRA, 2014).

No período pós-guerra, os países passam a ser todos independentes, deixando de existir as colônias e conseqüentemente os povos estariam livres das manipulações coloniais. Entretanto, após anos de dominação cultural, os países não abandonaram a colonialidade (BONNICI, 2000). Essa colonialidade implica, assim, em uma imposição de classificação social das populações e culturas do mundo com base em critérios racionais que acabaram regulando o acesso ao trabalho, recursos, territórios e identidade (BONNICI, 2000).

Essa dominação pelos países Europeus, também conhecida como eurocentralização do padrão de poder colonial/moderno/capitalista, cria sistematicamente a perspectiva do eurocentrismo como única forma de racionalidade legítima. Dessa forma, como racionalidade hegemônica, passa a ser vista como modo dominante de produção do conhecimento. (QUIJANO, 2002).

Sendo assim, os países continuam a viver sob a mesma dominação, saindo de um momento de colonialismo global para um momento de colonialidade global. A colonialidade permite entender as formas de dominação colonial que são produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Após deixarem de ser colônias, os países que permaneceram periféricos da divisão internacional do trabalho passaram a viver a colonialidade global imposta pelos Estados Unidos através do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, do Pentágono e da Otan. Os países das zonas periféricas se mantêm numa situação colonial mesmo que não tenham mais uma administração colonial. (GROSGUÉL, 2008).

No Brasil, no campo do conhecimento, em função desse passado colonial, há uma tendência a supervalorizar o conhecimento estrangeiro. Uma das formas de expressão dessa colonialidade na Administração é a valorização do ensino e da pesquisa do Norte, deixando para eles a função de criar modelos e reflexões, e para o Brasil apenas as reproduções. (BERTERO *et al.*, 2013).

Misoczky (2006) apresenta a ideia de que o estudo da administração tem uma espécie de submissão, subordinação aos grandes centros. A autora expõe os argumentos de Ibarra-Colado (2006) que afirma que o conhecimento organizacional tem sido apenas transferido dos grandes centros, levando em consideração apenas argumentos técnicos desconsiderando as peculiaridades locais. Misoczky (2006) menciona ainda que para descolonizar a pesquisa acadêmica é necessário focar nos modos históricos de produzir objetos de estudo que relacionem a academia e outros espaços sociais.

Uma das representações desse domínio por parte dos grandes centros é focado na determinação da língua oficial, o inglês, que atende aos interesses dos países do Norte que controlam a produção do conhecimento científico e dissemina seu conhecimento pelo mundo,

operando em apenas um sentido,. Em função disso, os considerados subalternos ficam impossibilitados de falar, pois estão obrigados a se manifestar em uma língua diferente de sua língua nativa, mostrando os limites impostos pela estrutura de poder dos países do Norte. (ROSA E ALVES, 2011).

Outro aspecto que contribui para a submissão dos conhecimentos de Administração aos países do Norte é a consideração de que o ensino e a pesquisa da área são um negócio global e milionário. Diante disso, os norte-americanos e os europeus os utilizam como forma de atrair recursos para seus países e superar suas crises econômicas. Muitas universidades e faculdades dos países do Norte dependem de recursos oriundos dos alunos provenientes do terceiro mundo e essa valorização do ensino dos países do Norte como de primeira linha remete a subordinação dos países de terceiro mundo como simplesmente reprodutores de conhecimento. (BERTERO *et al.*, 2013).

É possível visualizar essa submissão dos conhecimentos de Administração aos grandes centros quando se analisa a literatura utilizada, que em sua maioria provém deles. O material utilizado nos cursos de administração no Brasil inicialmente era integralmente americano, simplesmente traduzido para o português. Além disso, as disciplinas do curso de graduação em Administração reproduziam as áreas funcionais do management americano, como Finanças, Marketing, Produção, Administração Geral, Recursos Humanos, etc. (ALCADIPANI e BERTERO, 2014). É importante ressaltar que se utilizar dessa literatura de maneira acrítica, sem considerar o contexto local, apenas como cópia para solucionar problemas administrativos locais, reforça a ideia de colonialidade.

Vieira e Carvalho (2003) questionam até que ponto as normas e valores norte-americanos já institucionalizados na produção acadêmica de administração são adequados para outras realidades. A ideia não é isolar-se cientificamente, mas através da criatividade procurar uma identidade própria. (VIEIRA e CARVALHO, 2003).

De acordo com Aktouf (2005) a formação de administradores é voltada para a lógica da reprodução e não para a mudança do que está posto. Isto se deve ao fato das escolas de gestão constituírem-se de ambientes conservadores e elitistas que formam profissionais de administração e teóricos que serão propensos a reproduzir os mesmos modelos e formas de pensar. O autor argumenta que existe um paradoxo entre o conservadorismo do conteúdo da formação em administração e um discurso que defende a mudança, em um processo de “desconstrução”. (AKTOUF, 2005, pág 151).

Para Aktouf (2005) o que é discutido a respeito da formação em administração geralmente tem a propensão a deixar de lado a perspectiva ideológica e a julgar a administração como uma ciência e/ou uma arte. O autor menciona que Henry Fayol referiu-se à administração como uma doutrina e não como uma ciência ou uma arte, e que uma doutrina nada mais é do que uma ideologia. Para ele a administração não é uma prática transcendental, mas uma ideologia; a doutrina dos grandes dirigentes, empregada por grande parte das chefias e das escolas de gestão anglo-americanas. O autor considera que o conteúdo de ensino de administração apresenta, além da sua perspectiva ideológica e doutrinária, três aspectos dominantes que deveriam ser reformulados radicalmente a fim de estimular a mudança ao invés da reprodução: a configuração da administração hegemonicamente voltada para o fator capital e para o enriquecimento individual; a ubiquidade dos elementos quantitativos, principalmente do cálculo econômico; e a ausência de cultura geral na formação em administração. (AKTOUF, 2005).

Aktouf (2005) observa que, no ensino de administração, o capital é o único fator de risco, dentre os três fatores de produção (o capital, o trabalho e os recursos naturais) e cujo administrador é o representante. Ao desempenhar este papel, de representante do capital, o futuro administrador está propenso a agir de forma patológica e desconectada da realidade. (AKTOUF, 2005).

O autor argumenta que é necessário retomar os grandes pensadores clássicos como Adam Smith ou mesmo Karl Marx na formação do administrador. A leitura desses autores é considerada essencial, visto que, para esses pensadores, as questões econômicas eram tratadas aliadas às questões de ética ou do bem-estar coletivo. Retomar o estudo destes autores clássicos fomenta uma maior cultura geral nos conteúdos de ensino de administração. Contudo, as escolas de administração relegam o fomento à cultura geral, visto que ela suscita questionamentos, inquietudes, angústias e discussões que podem reprimir a ação, em oposição aos cálculos e à inteligência artificial que são muito mais valorizados. (AKTOUF, 2005).

Consonante a isso, o futuro administrador e professor de administração não poderá ter uma formação muito restrita e especializada em finanças, marketing, contabilidade ou gestão da produção e sim deverão ser generalistas adquirindo um grande conhecimento de ecologia, história, antropologia, interculturalismo, linguística etc. (AKTOUF, 2005).

As teorias de gestão, ao contrário das ciências naturais, são auto-realizáveis, ou seja, podem ser aplicadas mesmo estando equivocadas. Dessa forma, a prática de gestão nas últimas décadas converteu o pessimismo coletivo em patologias do comportamento dos gestores. (GHOSHAL, 2005).

A crescente predominância de uma ideologia particular centrada em conter os custos das imperfeições do homem, levaram o pessimismo a se tornar uma profecia auto-realizável. Para o autor, quando a conduta gerencial sofre a influência das teorias do *management*, geralmente o resultado é negativo, visto que a maioria delas é ideologicamente amoral, demasiadamente causal e funcionalista, inviabilizando o incentivo do senso de responsabilidade nos estudantes.

Entretanto, quando se observa a crítica de autores como Goshal e Aktouf não se pode esquecer que, muito antes dele, autores brasileiros como Tragtenberg e Guerreiro Ramos já alertavam para o caráter limitado da teoria dominante em administração centrada no mercado e nos interesses do capital, instando para um pensamento crítico genuinamente brasileiro. Apesar disso, estes autores encontram pouca ressonância no âmbito da graduação, ainda baseada nos livros texto importados.

Nessa direção, Paes de Paula e Rodrigues (2006) chamam a atenção para a importância de observar os conteúdos e métodos geralmente empregados no ensino de administração. Para os autores uma das principais questões no que diz respeito ao conteúdo é a natureza do conhecimento em gestão, o qual é corroborado de forma reduzida por pesquisas científicas em razão da dificuldade de se conseguir dados nas organizações, que se preocupam com a possível revelação de suas estratégias. Para que seja possível mudar significativamente os conteúdos que vem sendo ministrados no ensino de administração se faz necessário mudar a atitude pedagógica, estimulando os estudantes a questionarem as informações que estão sendo passadas, através de uma conduta mais reflexiva, ou seja, seria indispensável adotar uma pedagogia crítica.

## **Procedimentos Metodológicos**

### **Delineamento e definição de termos**

Quanto ao método e a forma de abordar o problema, a pesquisa consiste em uma análise qualitativa. Nesse sentido, o estudo qualitativo da pesquisa, será baseado em análises de textos e de documentos que fazem referência à história do ensino de administração bem como os currículos dos cursos de administração das Universidades Federais existentes no Rio Grande do Sul. Além disso, artigos acadêmicos e livros que fazem menção ao objeto de pesquisa, serão analisados.

Quanto aos objetivos a pesquisa terá caráter exploratório, pois possui o objetivo de aprofundar os conhecimentos a respeito do assunto que está sendo tratado através da intensa



investigação da realidade. A forma de pesquisa exploratória que será utilizada neste estudo é a revisão da literatura, ou seja, um estudo aprofundado de documentos, de artigos acadêmicos e de outras fontes onde o objeto da pesquisa é mencionado.

Diante disso, a população alvo da pesquisa é formada pelos cursos de graduação em administração das Universidades Federais Brasileiras. Portanto, a amostra foi composta pelos cursos de graduação presenciais em administração das Universidades Federais em funcionamento no estado do Rio Grande do Sul, sendo: Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Pampa e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados o estudo utilizará a pesquisa documental. Fontes documentais são dados secundários (dados que foram coletados para atender outros objetivos) que podem ser internos da própria organização que se está analisando, como manuais, normativas, relatórios, etc. (ZANELLA, 2009). Na presente pesquisa, por se tratar de instituições de ensino, além de resoluções, normativas e leis foi empregado como fonte de pesquisa os currículos e o planos pedagógicos dos cursos de administração das Universidades mencionadas, os quais são fontes internas de dados.

### **Análise dos dados**

De acordo com o artigo 5º da Resolução nº 4/2005, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Bacharelado de Graduação em Administração, os projetos pedagógicos dos cursos juntamente com seus currículos, deverão abarcar conteúdos que demonstrem inter-relações com as realidades nacional e internacional, levando em consideração uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no domínio das organizações. Além disso, devem atender às seguintes áreas de formação:

- Conteúdos de Formação Básica: Dizem respeito aos estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, além de conteúdos relativos às tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;
- Conteúdos de Formação Profissional: Referentes às áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;
- Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: Englobam disciplinas como pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e utilização de tecnologias que auxiliem na definição e implantação de estratégias e diretrizes relativas à administração; e
- Conteúdos de Formação Complementar: Dizem respeito a estudos optativos de caráter transversal e interdisciplinar com a finalidade de aperfeiçoar o perfil do formando.

Primeiramente, a partir da análise da Resolução, pode-se perceber que a dependência das formas curriculares estrangeiras já começa neste ponto. Conforme mencionado anteriormente a partir do relato dos autores Alcadipani e Bertero (2014), os conteúdos necessários à formação presentes na Resolução obedecem a uma estrutura reproduzida a partir das áreas funcionais do *management* americano, como finanças, marketing, produção, administração geral, recursos humanos, etc.

A partir do quadro 1 é possível observar um comparativo das áreas das disciplinas básicas dos cursos de administração das Universidades estudadas nesta pesquisa. Verifica-se que as áreas referentes à economia, psicologia, sociologia, contabilidade e filosofia e ética estão presentes em todos os currículos. Chama-se atenção aqui para o fato de, apesar da área de economia constar no quadro de área comum a todas as Universidades, a Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) possui quatro disciplinas com ênfase nessa área, enquanto que as demais Universidades apresentam entre duas a três disciplinas. Isso pode ser herança da época em que o curso de administração era confundido com o curso de economia, já que até a regulamentação do curso de administração os acadêmicos eram diplomados Bacharéis em Ciências Econômicas. Soma-se a isso, o fato de a Escola de Administração da UFRGS ter sua origem na Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), sendo criado em 1951, o Instituto de Administração.

Outro ponto que chama a atenção no quadro 1 é a existência da disciplina de Ciência Política nos currículos da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Interessante ressaltar aqui que esta é uma disciplina importante no sentido de estimular o pensamento crítico dos estudantes a respeito dos aspectos inerentes à conjuntura política do país, rompendo, mesmo que em uma pequena parte, a lógica funcionalista do ensino de administração das Universidades Sul Rio-grandenses.

É possível observar, também, o conjunto de disciplinas oferecidas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que chamam a atenção para o aspecto um pouco mais inovador do currículo. Matérias como antropologia, história da fronteira sul, responsabilidade socioambiental, meio ambiente, economia e sociedade e fundamentos da crítica social evidenciam a preocupação da Universidade com as questões ambientais, em voga nos últimos tempos, além da atenção dispensada à tentativa de também estimular o pensamento crítico nos estudantes.

Quadro 1: Áreas das disciplinas de formação básica.

<b>Universidade</b>	<b>Áreas das disciplinas</b>
Comuns a todas as Universidades	Economia
	Sociologia
	Psicologia
	Contabilidade
	Filosofia e ética
UFRGS	Produção de texto
UFPEL	Ciência Política
UNIPAMPA	Ciência Política
	Metodologia Científica
UFSM	Ciência Política
	Leitura e Produção de texto
UFFS	Processo Decisório
	Antropologia
	Disciplinas socioambientais
	História da Fronteira Sul
	Leitura e Produção de texto

	Iniciação a prática Científica
	Introdução a informática
	Fundamentos da crítica social

Fonte: Currículos dos cursos, adaptado pelas autoras

No que se refere às disciplinas de formação profissional todas as Universidades ampliam um pouco o currículo mínimo exigido, inserindo disciplinas que diferenciam seu curso dos demais. No quadro 2 pode-se observar que as áreas que são comuns a todas as Universidades, na realidade são as áreas que compõem o currículo mínimo exigido. Dentro dessas áreas os cursos apresentam inclusive um número de disciplinas semelhantes.

Quadro 2 - Áreas das disciplinas de formação profissional.

<b>Universidade</b>	<b>Áreas das disciplinas</b>
Comuns a todas as Universidades	Teorias Administração e Organizações
	Pessoas
	Finanças
	Marketing/mercado
	Produção, materiais e logística
	Sistema de Informação
	Estratégia
FURG	Empreendedorismo
	Projetos
	Estruturas Organizacionais
	Pesquisa em administração
	Relações Organizacionais
	Administração pública
	Relações de Trabalho
UFRGS	Visão Sistêmica das organizações
	Gestão Sócio ambiental
	Gestão dos processos organizacionais
	Administração Pública
	Projetos
UFPEL	Organização Sistemas e Métodos
	Empreendedorismo, Inovação e Criatividade
	Pesquisa

	Gestão Ambiental
	Gestão da Qualidade
UNIPAMPA	Administração Contemporânea
	Empreendedorismo
	Pesquisa e Projetos
	Trabalho de curso
	Gestão Ambiental
UFSM	Gerencia Processos
	Pesquisa
	Administração da Qualidade
UFFS	Projetos
	Gestão Agroindustrial e Agropecuária
	Cooperativismo

Fonte: currículo dos cursos, adaptado pelas autoras

O quadro três mostra as áreas dos conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias, que estão presentes em todos os currículos das Universidades analisadas. Verifica-se que as áreas referentes à matemática e estatística são as únicas comuns a todos os cursos. A UFPEL, em separado, não consta neste quadro visto que seu currículo não é composto de disciplinas ligadas à área de tecnologia da informação, tão pouco da disciplina de pesquisa operacional, estando apenas presente no rol de conteúdos comuns a todos os currículos, matemática e estatística.

Quadro 3 - Áreas das disciplinas de estudos quantitativos e suas tecnologias

Universidade	Áreas das Disciplina
Comuns a todas as Universidades	Matemática
	Estatística
FURG	Tecnologia da Informação
	Pesquisa Operacional
UNIPAMPA	Pesquisa Operacional
UFSM	Informática
	Pesquisa Operacional
UFFS	Pesquisa Operacional

Fonte: currículo dos cursos, adaptado pelas autoras

A partir dos dados apresentados, identifica-se que os currículos dos cursos de graduação em Administração das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, apresentam as disciplinas de formação profissional divididas em áreas funcionais do *management*

americano. Conforme afirma Nicolini (2003) essa divisão preconiza uma especialização dos professores e prejudica a visão holística dos alunos. Sob esse aspecto, analisaram-se os currículos buscando identificar, dentre as disciplinas de formação profissional, as que apresentassem essa integração entre as diversas áreas do conhecimento administrativo. A partir dessa análise verificou-se que a maioria dos cursos não possui disciplinas que integrem as diferentes áreas, a única exceção é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que apresenta em seu quadro de sequência lógica a disciplina Visão Sistêmica das Organizações. Nessa disciplina são apresentados conteúdos de diferentes áreas funcionais relacionando-as entre si e com o ambiente, enfatizando uma visão global e inovadora da organização.

Outro diferencial que pode ser observado é referente à disciplina de Administração Contemporânea oferecida pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Esta disciplina leva em consideração aspectos relativos ao pensamento administrativo atual, novas abordagens gerenciais, transformações globais e a dinâmica das organizações contemporâneas, dimensões que não são contempladas nos currículos das outras Universidades analisadas.

Uma possível inferência que se pode fazer a respeito das inovações curriculares da UFFS e da UNIPAMPA é que isto se deve a suas recentes fundações, 2009 e 2006 respectivamente. Por serem instituições novas, é provável que não tenham os mesmos pressupostos arraigados das outras Universidades analisadas e que buscaram diferenciar seus currículos através de uma proposta mais condizente com a realidade atual do contexto organizacional.

Conforme é possível observar no Quadro 02, as disciplinas, em sua maioria, estão ligadas a questão de processo e estrutura, que pode ser visto como uma forma de posicionamento no paradigma funcionalista. Entretanto, a partir da análise das ementas de disciplinas como teoria das organizações, presente na FURG, UFSM e UFRGS, já se identifica uma preocupação com o desenvolvimento de um olhar crítico por parte dos acadêmicos. Nessa disciplina é apresentada aos acadêmicos uma visão crítica ao funcionalismo.

Além de Teoria das organizações, a FURG e a UFRGS tem presente em seu currículo a disciplina de Relações de Trabalho, que tem como objetivo analisar os processos de negociação e conflitos nas relações de trabalho. Aktouf (2005) destacou a necessidade de intermediar as relações entre os interesses do capital e dos sindicatos. A partir dessa disciplina é possível desenvolver a visão crítica do acadêmico para essas relações. Outro aspecto abordado pelo mesmo autor é a importância da ética e bem estar coletivo, e todas as Universidades analisadas possuem disciplinas específicas para abordar o tema, destacando a importância da ética e conduta moral nas relações de trabalho.

A preocupação com o desenvolvimento do pensamento crítico dos acadêmicos está presente também em outras disciplinas, algumas presentes, inclusive, nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Bacharelado de Graduação em Administração, como por exemplo, a disciplina de sociologia que objetiva analisar as relações sociais. Presente em todas as Universidades a sociologia inclui leituras consideradas importantes dos clássicos, mencionadas por Arktouf (2005) como fundamentais para desenvolvimento do pensamento crítico. Na UFFS a disciplina é nomeada Pensamento Social, e apesar da diferença na nomenclatura, o exame da sua ementa demonstrou que também possui o objetivo de analisar cientificamente e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.

A Universidade Federal da Fronteira Sul, apresenta em seu quadro o estudo socioambiental, que não está presente nos cursos de Administração das outras Universidades. A disciplina responsabilidade socioambiental tem o objetivo de desenvolver a capacidade de reflexão sobre os aspectos de responsabilidade social e ambiental. A partir disso, os

acadêmicos terão uma maior capacidade para mediar as relações entre os interesses de capital e dos ecologistas, que é um aspecto visto como fundamental por Aktouf (2005).

Nas disciplinas que são específicas de cada Universidade, verifica-se bastante proximidade entre os cursos e entre os cursos e a exigência de legislação. Corroborando com a ideia de Martins *et al.* (1997) que afirma que os cursos não levam em consideração as especificidades das regiões.

Contudo, apesar da colonialidade verificada dentro da própria resolução que regulamenta os cursos de administração, as Universidades possuem liberdade para criarem seus cursos de forma personalizada e adaptada as suas necessidades. Diante disso, observa-se que a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), se utiliza dessa liberdade para inserir disciplinas que tenham relação com a região onde está inserida. Nessa universidade estão presentes as disciplinas Teoria Cooperativista, Comercialização de Produtos Agropecuários, Organização de Cadeias Agroindustriais, Desenvolvimento Rural, entre outras que evidenciam a preocupação da adaptação do curso a realidade local.

Outro ponto interessante da organização curricular da UFFS é o fato do currículo ser organizado em torno de três domínios: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. O objetivo desta organização curricular é garantir que todos os acadêmicos sejam formados a partir dos preceitos de cidadania, interdisciplinaridade e profissionalismo. O Domínio Comum engloba o conjunto de disciplinas que devem ser cursadas por todos os estudantes de todos os cursos de graduação da Universidade. O Domínio Conexo diz respeito ao conjunto de disciplinas que fazem parte da área de interface de vários cursos, sem, no entanto, ser necessariamente caracterizadas como exclusivas de um ou de outro. A área cujo curso de Administração faz parte é a de Desenvolvimento Regional, que engloba também o curso de Agronomia. O último domínio mencionado, o Domínio Específico, como o próprio nome já diz, é composto pelas disciplinas específicas do curso. Essa sistematização em domínios pode promover uma visão mais ampliada do estudante no que se refere à sociedade em geral.

Diferentemente da UFFS, as outras Universidades analisadas, não apresentam essa organização curricular dividida em domínios, onde há integração das disciplinas com outros cursos além de disciplinas comuns entre todos os cursos de graduação oferecidos pela Universidade.

## **Considerações Finais**

Esse trabalho buscou analisar os currículos dos cursos de administração das Universidades Federais do Rio Grande do Sul. A partir desse estudo verificou-se primeiramente que a própria resolução que regulamenta os cursos de administração é baseada no *management* americano, mostrando a colonialidade dos cursos, conforme já havia sido constatado por Alcadipani e Bertero (2014).

Apesar da regulamentação seguir o modelo do *management* americano, os cursos possuem liberdade para adaptarem o currículo a sua realidade e necessidades locais, mas conforme verificou-se na análise das disciplinas ofertadas, os cursos pouco se utilizam dessa liberdade. Os cursos em geral, possuem disciplinas bastante semelhantes entre si, sem considerar o contexto local, com exceção da Universidade Federal da Fronteira Sul que, apresenta diversas disciplinas voltadas à Gestão Agroindustrial e Agropecuária e ao cooperativismo.

No que se refere à dedicação dos professores apenas as suas respectivas áreas, desatrelada as outras existentes, Nicolini (2003) observa que isto pode prejudicar a visão holística dos alunos. Diante dessa constatação, verificou-se a existência de disciplinas que auxiliassem na integração das áreas funcionais dentro dos cursos, identificando-se apenas no

curso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul uma disciplina com tais características, a disciplina Visão Sistêmica das Organizações.

A partir da análise das áreas de formação dos currículos dos cursos, constatou-se que as Universidades diferenciam-se pela ênfase dada a uma ou outra área, como por exemplo a UFRGS com maior enfoque nas disciplinas de economia. E novamente a UFFS destaca-se pelas disciplinas que são comuns a todos os cursos da Universidade com ênfase na economia da região na qual está inserida e no pensamento crítico dos acadêmicos. Além disso, as demais Universidades demonstram a preocupação com o pensamento crítico dos alunos através da disciplina de ciência política e sociologia.

Além da presença de disciplinas responsáveis pelo desenvolvimento de pensamento crítico dentro da área de formação básica, a partir das disciplinas de formação profissional é possível identificar disciplinas com este enfoque, como as disciplinas de Teoria das organizações dos currículos da FURG, UGRS e UFSM apresentando uma visão crítica ao funcionalismo. Outra disciplina que mostra essa preocupação de desenvolvimento do pensamento crítico é a disciplina de Relações de Trabalho presente nos currículos da FURG e a UFRGS com objetivo analisar os processos de negociação e conflitos nas relações de trabalho. Apesar da base da legislação estar arraigada no pensamento funcionalista e na reprodução do *management* americano, a presença dessas disciplinas na formação profissional das Universidades FURG, UFRGS e UFSM mostram que elas se utilizam do espaço disponibilizado para personalização dos cursos para desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes de administração.

### **Limitações**

O presente estudo analisou os planos pedagógicos dos cursos de graduação das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, com as respectivas ementas das disciplinas, entretanto não se aprofundou nas bibliografias utilizadas nestas. Sendo assim, um possível campo identificado para novas pesquisas e que poderá enriquecer a análise dos dados é a análise da bibliografia utilizada em cada disciplina. A partir dessa análise, seria possível uma melhor relação com a questão colonialidade abordada no referencial teórico do presente artigo. Além disso, o estudo foi realizado apenas nas Universidades Federais do Rio Grande Sul, não sendo possível a generalização para o restante das universidades do país.

### **Referencial Teórico**

AKTOUF, O. Ensino de administração: por uma pedagogia para a mudança. **O & S**, v.12, n. 35, p.151–159, out-dez/2005.

ALCADIPANI, R; BERTERO, C. Uma escola norte-americana no ultramar? Uma historiografia da EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 2, 154-169, mar-abr 2014, São Paulo.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução no 04, de 2005**. Resolução CNE/CES 4/2005. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 26, 19 de julho de 2005.

BERTERO, C. et al. **Os desafios da Produção de Conhecimento em Administração no Brasil**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 11, nº 1, Opinião 1, p.181–196, Mar. 2013

BONNICI, Thomas. **O Pós-colonialismo e a Literatura: estratégias de leitura**. Maringá: Eduem, 2000.

CALDAS, M. P., FACHIN, R. **Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990**. In Teoria das organizações. São Paulo: Atlas, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Aprovação do novo currículo mínimo do curso de graduação em Administração**. CCC - Par. 433/93, aprovado em 5/8/93 (Proc. 23001.000926/91-471). Disponível em:  
<[http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/estagio/curriculo\\_min\\_adm.pdf](http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/estagio/curriculo_min_adm.pdf)>  
Acesso em 24 de julho de 2015.

FERREIRA, A. C. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 1, Jan-Abr/2014.

FISCHER, T. A formação do administrador brasileiro na década de 90: crise, oportunidade e inovações nas propostas de ensino. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v.27, n.4, p.11-20, out./dez, 1993.

GHOSHAL, S. Bad management theories are destroying good management practices. **Academy of Management Learning & Education**, v. 4, n.1, p. 75–91, mar/2005.

GROSGOUEL, R. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, 115-147, Março, 2008.

MARTINS et. al. **Repensando a formação do administrador brasileiro**. Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Programa de Estudos Administração Brasileira, Biblioteca Virtual de Administração Brasileira. In: Archétypon, Rio de Janeiro, Ano 5, n. 15, p. 11-30 set./dez, 1997.

MEZZOMO KEINERT, T. M. Análise da evolução do campo de conhecimento em administração pública através dos paradigmas dominantes nos diversos períodos entre 1900-92. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v. 34, n. 3, p. 41-48 Mai./Jun, 1994.

MEZZOMO KEINERT, T. M. Análise das propostas dos cursos de administração pública no Brasil em função da evolução do campo de conhecimento, 1996. **Relatório n 3/1996**. Núcleo de pesquisas e publicações - Série Relatórios de Pesquisa - Escola de administração de empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas.

MISOCZKY, M.C. **Sobre o centro, a crítica e a busca da liberdade na práxis acadêmica**. Caderno EBAPE, vol. IV, n.3, out. 2006.

MONTEIRO JR, S. **O currículo por tema como alternativa ao currículo dos cursos de graduação em administração**. 1995. 202 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.



MOTTA, F. C. P. A questão da formação do administrador. **Revista de administração de empresas**. Rio de Janeiro, v.23, n.4, p. 53-55, out./dez, 1983.

NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de administradores?. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 44-54, Abr./Maio./Jun, 2003.

NICOLINI, A. M. **A Graduação em Administração no Brasil: Uma Análise das Políticas Públicas**. 2000. 109 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

PAES DE PAULA, A. P., e RODRIGUES, M. A. Pedagogia Crítica no Ensino da Administração: Desafios e Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, p.10-22, 2006. Edição Especial Minas Gerais.

PINTO, V. R. R.; MOTTER JR, M. D. Uma abordagem histórica sobre o ensino da administração no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1-28, out./dez, 2012.

QUIJANO, A. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. *Novos Rumos*, ano 17, n 37, 2002.

ROSA, A. R.; ALVES, M. A. Pode o conhecimento em gestão e organização falar português? São Paulo, **Revista de administração de empresas**, v. 51, n.3, p. 255-264, maio-jun/2011.

Universidade Federal da Fronteira Sul. Projeto Político Pedagógico do curso de Administração. Disponível em < [file:///C:/Users/Anne/Downloads/PPC\\_ADM\\_C\\_LARGO\\_2013.pdf](file:///C:/Users/Anne/Downloads/PPC_ADM_C_LARGO_2013.pdf)> Acesso em 24/07/2015.

Universidade Federal do Pampa, Estrutura Curricular do Curso de Administração. Disponível em < [file:///C:/Users/Anne/Downloads/Estrutura\\_curricular\\_Administracao-05-11-2012.pdf](file:///C:/Users/Anne/Downloads/Estrutura_curricular_Administracao-05-11-2012.pdf)> Acesso em 24/07/2015.

Universidade Federal de Pelotas. Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração. Disponível em < <http://wp.ufpel.edu.br/cursodeadministracao/files/2011/05/Novo-PPC-Adm.-2011-08-02.pdf>> Acesso em 24/07/2015

Universidade Federal de Santa Maria. Grade Curricular do curso de Administração referente ao PPP aprovado em 31/01/2004. Disponível em < <http://coral.ufsm.br/adm/index.php/grade-curricular/2-uncategorised/34-grade-diurno>> Acesso em 24/07/2015

Universidade Federal do Rio Grande, Quadro de Sequência Lógica Curso de Administração, QSL 030109, disponível em <<http://www.furg.br/bin/cursos/cursos.php?graduacao=1>> Acesso em 24/07/2015.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Grade Curricular do Curso de Administração. Disponível em <[http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod\\_curso=298](http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=298)> Acesso em 24/07/2015.

VIEIRA, M M. F.; CARVALHO, C. A. A tréplica ao professor Bertero. **Organizações & Sociedade**, v.10, n.27, p.179 -180, 2003.